



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA (SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA)

Pregão Eletrônico nº ____/2022 - Processo Administrativo nº 11944/2021

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de segurança eletrônica para as unidades do Coren-SP, composta por sistema de controle de acesso e de circuito fechado de TV, incluindo a prestação de serviços, locação e instalação e configuração de todos os equipamentos, bem como manutenção preventiva e corretiva da Solução, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

GRUPO ÚNICO – CATSER 21660			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Serviços de Segurança Eletrônica (CFTV e Controle de Acesso) - Unidade Sede do Coren-SP (São Paulo/SP)	Unidade (serviço mensal)	48
2	Serviços de Segurança Eletrônica (CFTV) - Coren-SP Educação	Unidade (serviço mensal)	48
3	Serviços de Segurança Eletrônica (CFTV) – Subseção ARAÇATUBA	Unidade (serviço mensal)	48
4	Serviços de Segurança Eletrônica (CFTV) - Subseção BOTUCATU	Unidade (serviço mensal)	48
5	Serviços de Segurança Eletrônica (CFTV) – Subseção CAMPINAS	Unidade (serviço mensal)	48
6	Serviços de Segurança Eletrônica (CFTV) – Subseção GUARULHOS	Unidade (serviço mensal)	48
7	Serviços de Segurança Eletrônica (CFTV) – Subseção ITAPETININGA	Unidade (serviço mensal)	48
8	Serviços de Segurança Eletrônica (CFTV) - Subseção MARILIA	Unidade (serviço mensal)	48
9	Serviços de Segurança Eletrônica (CFTV) – Subseção OSASCO	Unidade (serviço mensal)	48
10	Serviços de Segurança Eletrônica (CFTV) - Subseção PRESIDENTE PRUDENTE	Unidade (serviço mensal)	48
11	Serviços de Segurança Eletrônica (CFTV) - Subseção RIBEIRÃO PRETO	Unidade (serviço mensal)	48
12	Serviços de Segurança Eletrônica (CFTV) – NAPE Santo Amaro	Unidade (serviço mensal)	48
13	Serviços de Segurança Eletrônica (CFTV) – Subseção SANTO ANDRÉ	Unidade (serviço mensal)	48
14	Serviços de Segurança Eletrônica (CFTV) - Subseção SANTOS	Unidade (serviço mensal)	48
15	Serviços de Segurança Eletrônica (CFTV) - Subseção SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	Unidade (serviço mensal)	48
16	Serviços de Segurança Eletrônica (CFTV) - Subseção SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	Unidade (serviço mensal)	48
17	NAPE Sorocaba	Unidade (serviço mensal)	48
18	Serviços de Instalação e Configuração da Solução - TODAS AS UNIDADES	Unidade (serviço pontual)	1



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

GRUPO ÚNICO – CATSER 21660			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
19	Treinamento para Operação da Solução	Unidade (serviço pontual)	1
20	Cartão de Proximidade	Unidade	500

- 1.2.** O objeto da contratação tem a natureza de **serviço comum de engenharia**.
- 1.3.** Os quantitativos e o respectivos códigos do item estão discriminados na tabela acima.
- 1.4.** A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Global**.
- 1.5.** O prazo de vigência do contrato é de 48 (quarenta e oito) meses, conforme inciso IV, do Art. 57 da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.** A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da Solução como um todo, conforme pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, contempla a prestação de serviços de segurança eletrônica para as unidades do Coren-SP, composta por sistema de controle de acesso e de circuito fechado de TV, incluindo a prestação de serviços, locação e instalação e configuração de todos os equipamentos, bem como manutenção preventiva e corretiva da Solução, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses.

3.2. A contratada será responsável por implantar a solução e disponibilizar pelo prazo de locação, realizando todos os fornecimentos e serviços para o pleno funcionamento do Sistema, compreendendo: fornecimento de materiais, equipamentos e softwares, os projetos e a infraestrutura de instalação elétrica, lógica e civil, *as built*, os testes, as manutenções, substituições, reposição de peças e treinamento para o público do Coren-SP que será responsável pela operação, conforme requisitos e especificações deste documento.

3.3. O sistema de Circuito Fechado de Televisão IP (CFTV - IP) deverá ser instalado em todas as unidades do Coren-SP - Sede, Coren-SP Educação, Subseções e Núcleos de Atendimento ao Profissional de Enfermagem, NAPES. O sistema de Controle de Acesso ID (SCA – IP) será instalado apenas no edifício Sede do Coren-SP.

3.4. O objeto contratual compreenderá a disponibilização, pela Contratada, de todos os componentes, sensores e alarmes necessários à implantação da Solução, incluindo, durante a vigência contratual, a atualização de softwares e manutenção preventiva e corretiva dos componentes disponibilizados, além dos materiais e infraestrutura que formam os pontos de rede que viabilizarão o funcionamento da Solução.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Requisitos de Negócio (requisitos necessários para o atendimento da necessidade)

5.1.1.1. A prestação dos serviços componentes da Solução deverá ser realizada por pessoa jurídica registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;

5.1.1.2. A Contratada deverá possuir estrutura administrativa, logística e de pessoal suficientes para proporcionar a execução dos serviços objeto deste instrumento dentro dos níveis mínimos de serviços exigidos pela Contratante;

5.1.1.3. A Contratada deverá comprovar que possui qualificação técnico-operacional e/ou técnico-profissional para a prestação dos serviços de locação de sistema integrado de segurança eletrônica, composta por Circuito Fechado de TV e Controle de Acesso, conforme requisitos técnicos definidos pela Contratante;

5.1.1.4. Os elementos de controle de acesso deverão estar em conformidade com os regulamentos de segurança relacionados à evacuação de pessoas determinado por legislação municipal e normativos do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo;

5.1.1.5. O Contrato estará sujeito a Anotação de Responsabilidade Técnica, ART.

5.1.2. Requisitos Técnicos da Solução

5.1.2.1. A Contratada será responsável por implantar a Solução de Segurança Eletrônica contratada, compreendendo o fornecimento de materiais, equipamentos e softwares, os projetos de implantação e a infraestrutura de instalação elétrica, lógica e civil, “as built”, os testes, as manutenções, substituições, reposição de peças e treinamento para os empregados do Coren-SP que serão responsáveis pela operação da Solução, conforme definições do **ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**.

5.1.3. Documentação Exigida

5.1.3.1. Os documentos necessários ao acompanhamento da presente execução contratual, quando não juntamente a ela elaborados, deverão ser entregues ao Gestor do Contrato, nos seguintes prazos:

Em até 10 (dez) dias corridos contados do início da vigência contratual:

5.1.3.2. Registro da empresa e de seu Responsável Técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo, CREA-SP, em sua plena validade, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica, ART de Serviço, emitida pelo CREA-SP, em nome do Responsável Técnico e da empresa contratada, específica para a execução contratual em questão.

5.1.4. Manutenção do Sigilo e Normas de Segurança

5.1.4.1. A Contratada guardará e fará com que seu pessoal guarde absoluto sigilo sobre os dados, informações e documentos fornecidos pelo Coren-SP aos quais tiver acesso em decorrência da prestação de serviços objeto do referido Contrato, ficando



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

terminantemente proibida de fazer uso ou revelação destes, sob qualquer justificativa.

5.1.4.2. A Prestação de Serviços contratada deverá possuir recursos que possibilitem a definição de regras e configurações aderentes à Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

5.1.4.3. Todas as informações, resultados, relatórios, imagens e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela Contratada na execução dos serviços serão de exclusiva propriedade do Contratante, não podendo a Contratada utilizá-los para quaisquer fins, divulgá-los, reproduzi-los ou veiculá-los, a não ser que prévia e expressamente autorizado pelo Contratante.

5.1.4.4. Ademais, deverão ser observadas pela CONTRATADA as normas internas do Coren-SP, tais como: a Portaria Coren-SP/Plenário/024/2016, que normatiza a Política de Segurança da Informação e Comunicações – POSIC e outras que venham a complementá-la.

5.1.4.5. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, encontra-se no ANEXO VII.

5.1.5. Natureza continuada (ou não) dos serviços

5.1.5.1. Trata-se de contratação de serviço comum de engenharia, que visa a assegurar a integridade do patrimônio público, apoiando o devido funcionamento das atividades finalísticas do Coren-SP. Dessa forma, enquadra-se na hipótese prevista no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993, em que é prevista a contratação inicial que poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

5.1.5.2. Ainda, nos termos da alínea 'a', item 3 do Anexo IX da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, entende-se que os serviços a serem contratados possuem natureza continuada, uma vez que a necessidade de manutenção das catracas, cancelas veiculares, câmeras entre outros nas dependências físicas do Coren-SP, Coren Educação, Subseções e NAPes é permanente, perdurando desde o primeiro exercício financeiro do contrato até os exercícios subsequentes.

5.1.6. Duração Inicial do contrato

5.1.6.1. O contrato terá vigência pelo 48 (quarenta e oito) meses, conforme inciso IV, do Art. 57 da Lei 8.666/93.

5.1.7. Transição Contratual

5.1.7.1. Não haverá necessidade de a Contratada promover ação de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas para a continuidade da gestão do Coren-SP, uma vez que os serviços contratados envolvem procedimentos padronizados, normatizados e amplamente praticados pelas empresas do setor. A atual prestadora de serviço devesa desmobilizar todos os equipamentos e acessórios atualmente instalados, para que a nova contratada possa iniciar a nova instalação.

5.1.8. Soluções de Mercado



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

5.1.8.1. Detalhamento relacionado ao estudo das Soluções de Mercado e justificativa do tipo de Solução a contratar encontra-se pormenorizado em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, Apêndice deste Termo de Referência.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Sem prejuízo ao cumprimento de outros critérios e práticas de sustentabilidade eventualmente aplicáveis para o objeto em questão, na execução dos serviços, a Contratada deverá adotar, quando couber:

6.1.1. A Contratada deverá dar preferência ao uso de materiais/equipamentos/insumos que tenham sido produzidos observando os critérios de sustentabilidade ao meio ambiente, em conformidade com a Instrução Normativa SLTI Nº 01/2010.

6.1.2. Adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, utilizando, quando couber, biocombustíveis, medidas para evitar o desperdício de água tratada, separação dos resíduos recicláveis, descarte adequado de pilhas, baterias e eletrônicos, otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição.

6.1.3. Separar, adequadamente, os resíduos recicláveis descartados em decorrência dos serviços, tais como as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulhos, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleos e graxas, para posterior descarte pela CONTRATADA, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes e plano de manejo;

6.1.4. Respeitar às Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; prevendo a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, caso haja interesse, o licitante poderá realizar vistoria em qualquer uma das unidades relacionadas no tópico “Informações Relevantes para o Dimensionamento da Proposta” abaixo. As vistorias serão acompanhadas por empregados do Coren-SP especialmente designados e poderão ocorrer entre as 08h00 e 17h00, de segunda à sexta-feira.

7.1.1. O agendamento deverá ser realizado **exclusivamente** pelo endereço eletrônico manutencao.predial@coren-sp.gov.br (com cópia para pregao@coren-sp.gov.br).

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

7.4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. Requisitos técnicos e operacionais da Solução estão definidos no **Anexo II – Especificações Técnicas**.

8.1.2. Os imóveis onde serão efetuados os serviços são os relacionados no **Anexo IV – Unidades de Execução dos Serviços**, com detalhamento no **Anexo V – Plantas**.

8.2. A prestação dos serviços deverá ser iniciada em até 10 (dez) dias úteis contados a partir do início da vigência do Contrato e será precedido de **reunião técnica inicial - RTI** presencial, a ocorrer entre os Fiscais de Contrato, titular e substituto, o Setor de Administração de Contratos (SAC) e o Responsável Técnico da Contratada, a fim de tratar da seguinte pauta, não exaustiva a:

8.2.1. Objeto do Contrato e modelo de execução do objeto;

8.2.2. Definição de cronograma de implantação da Solução na Sede, Coren-SP Educação, Subseções NAPes;

8.2.3. Agendamento do Treinamento para Operação da Solução;

8.2.4. Definição de canais para atendimento de chamados técnicos;

8.2.5. Modelo de Gestão do Contrato, incluindo-se, por parte da Contratada a apresentação de modelos de documentos (Ordens de Serviço, formulários, relatórios técnicos etc.) para ciência e aprovação da Fiscalização;

8.2.6. Procedimentos de recebimento provisório e definitivo;

8.2.7. Aplicação do Instrumento de Medição de Resultados, critérios de qualidade utilizados e situações que ensejem a recusa de produtos e serviços;

8.2.8. Glosas e penalidades administrativas aplicáveis.

8.3. Ainda, na data agendada para realização da **RTI ou** em até 10 (dez) dias úteis contados do início da vigência contratual, a CONTRATADA deverá apresentar aos Fiscais de Contrato os documentos exigidos no **subitem 5.1.3.2.** caso, ainda, não os tenha apresentado.

8.4. A autorização para início das atividades de implantação da Solução, incluindo-se instalação e configuração dos equipamentos fornecidos pela Contratada ocorrerá após a realização da RTI de que trata o subitem 8.2 acima.

8.5. O início do faturamento dos serviços de segurança eletrônica, para cada uma das unidades do Coren-SP contempladas no objeto da contratação, ocorrerá após o recebimento definitivo da instalação e configuração da Solução.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para completa operação da Solução, nas quantidades estimadas, bem como considerando todos os equipamentos necessários para o funcionamento da solução, atendendo a quesitos mínimos de qualidade estabelecidos pelo Coren-SP neste Termo de Referência e seus Anexos, promovendo sua substituição quando necessário.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

9.2. Entende-se por “equipamentos” todos os dispositivos elétricos, eletrônicos e fotoelétricos necessários à completa operação dos Sistemas de CFTV e Controle de acesso a serem fornecidos. Todos os equipamentos, materiais, suprimentos e acessórios fornecidos deverão estar em perfeito estado de funcionamento e fazer parte da linha atual de fornecimento dos fabricantes, não sendo admitidos equipamentos descontinuados ou fora de linha de fabricação.

9.3. A quantidade de equipamentos (exceto as constantes no Anexo VI - Planilha de Custos e Formação de Preços) deverá ser mensurada pela Contratada de forma que o sistema funcione plenamente e atenda a todos os requisitos exigidos neste termo, bem como garanta o funcionamento de forma ininterrupta.

9.4. Com relação aos componentes especificados, a Contratada deverá fornecer marcas e modelos que correspondam às características técnicas e funcionais ou equivalente técnicos àqueles requisitos descritos pelo Coren-SP, sendo que nenhuma das características técnicas e funcionais deste “equivalente técnico” poderá ser inferior às apresentadas nos referidos itens.

9.5. Outros equipamentos, tais como conversores, fontes de alimentação, conectores, softwares ou quaisquer outros elementos acessórios ou insumos, desde que necessários ao pleno funcionamento dos sistemas, em função das particularidades da solução cotada pela Contratada, deverão ser por ela providos e seu preço deverá estar incluído na cotação do equipamento principal ao qual se referir.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do Coren-SP tem como base as seguintes características:

10.1.1. Locais de Execução dos Serviços: Conforme **Anexo IV – Unidades de Execução dos Serviços e V – Plantas das Unidades;**

10.1.2. Especificações Técnicas da Solução a ser contratada: Conforme **Anexo II – Especificações Técnicas;**

10.1.3. Dimensionamento dos pontos de vigilância eletrônica: Conforme **Anexo VI – Planilha de Custos e Formação de Preços.**

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 11.6.1.** exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 11.6.2.** direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 11.6.3.** promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 11.6.4.** considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9.** Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.10.** Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.11.** Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 12.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Coren-SP, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando ao Coren-SP autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança do Coren-SP, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

contrato, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, todos documentos fiscais e trabalhistas solicitados no processo licitatório.

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações do CONTRATANTE, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste termo de referência.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo V, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará critérios **quantitativos e qualitativos**, conforme abaixo:

16.2.1. Os serviços de instalação e configuração da Solução, treinamento para operação da Solução e a compra de cartões de proximidade para utilização no sistema de controle de acesso, serão objetos de pagamento em **parcelas únicas**, após ações de recebimento provisório e definitivo dos respectivos itens.

16.2.2. Em relação aos serviços de segurança eletrônica das unidades do Coren-SP, a medição quantitativa se dará **mensalmente**, com faturamento *pro rata* nos meses de início e de término da vigência contratual e corresponderá ao valor mensal contratado para os serviços de segurança eletrônica em cada uma das unidades do Coren-SP.

16.2.2.1. O início da execução dos serviços mensais, para cada uma das unidades do Coren-SP, ocorrerá **somente após o recebimento definitivo dos serviços de instalação e configuração** da Solução de Segurança Eletrônica nas respectivas localidades de serviços.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

16.2.3. A **medição qualitativa** de todos os **itens de serviços da Solução** observará as seguintes diretrizes:

16.2.3.1. Aplicação do **Anexo VIII - Instrumento de Medição de Resultados (IMR)**, mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis e objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e respectivas adequações do pagamento.

16.2.3.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.3.1. não produziu os resultados acordados;

16.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações contratuais.

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

17.3.1.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

17.3.2. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao Gestor do Contrato.

17.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único empregado, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao Gestor do Contrato para recebimento definitivo;

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

17.3.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. O No prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o **recebimento definitivo**, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela CONTRATADA e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATANTE, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados;

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultados (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em Contrato e por força das disposições legais em vigor.

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será realizado pelo Coren-SP à CONTRATADA, no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. O prazo de validade;

18.5.2. A data da emissão;

18.5.3. Os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;

18.5.4. O período de prestação dos serviços;

18.5.5. O valor a pagar, e

18.5.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

18.7. A Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

18.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação,





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
 $I = i/365$ $I = (6/100)/365$ $I = 0,00016438$
Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

19. REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I_0) / I_0$, onde:
R = Valor do reajuste procurado;
V = Valor contratual a ser reajustado;
I₀ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;
I = Índice relativo ao mês do reajustamento

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

20.1.1. O objeto contratual não prevê mão de obra com dedicação exclusiva nas dependências do Coren-SP, não havendo, objetivamente, risco efetivo que a exigência de garantia possa mitigar. Desta forma, entende-se que a não exigência de garantia dispensará um custo que poderá ser refletido em melhores condições comerciais a serem ofertadas para a Administração.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

21.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

21.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

21.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

21.1.5. cometer fraude fiscal;

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.2.2. Multa de:

21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor do item/valor mensal do item em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor do item/valor mensal do item, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor mensal do item, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do item/ valor mensal do item, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

21.2.2.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

21.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

21.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no **subitem 21.2.4** deste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos **subitens 21.2.1, 21.2.3, 21.2.4 e 21.2.5** poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do item / valor mensal do item
2	0,4% ao dia sobre o valor do item / valor mensal do item
3	0,8% ao dia sobre o valor do item / valor mensal do item
4	1,6% ao dia sobre o valor do item / valor mensal do item
5	3,2% ao dia sobre o valor do item / valor mensal do item

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Coren-SP, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do órgão e cobrados judicialmente.

21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Coren-SP poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

22.1. As exigências de **habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista** são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

22.2. Os critérios de **qualificação econômica** a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital.

22.3. Os critérios de **qualificação técnica** a serem atendidos pelo fornecedor serão:





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

22.3.1. Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia, em plena validade, devendo constar objeto social em conformidade com o objeto da licitação;

22.3.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

22.3.2.1. Para fins da comprovação que trata este subitem, o(s) atestado(s) deverá(ão) dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

22.3.2.1.1. Entende-se por atividade pertinente: prestação de serviços de segurança eletrônica, envolvendo Circuitos Fechados de TV (CFTV) e sistemas de controle eletrônico de acesso;

22.3.2.1.2. Entende-se por compatível em características: execução de serviços de segurança eletrônica, CFTV e sistema de controle eletrônico de acesso executados desde a instalação/configuração da Solução, acobertando o fornecimento de equipamentos, seja por locação/comodato ou venda, serviços de manutenção preventiva/corretiva dos equipamentos componentes da Solução e disponibilização de imagens por meio de, no mínimo, 119 câmeras instaladas.

22.3.2.1.3. Entende-se por compatível em quantidades: Solução de segurança eletrônica contemplando, no mínimo, 10 (dez) pontos de controle de acesso eletrônico.

22.3.2.1.4. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 2 (dois) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 2 (dois) anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

22.3.2.2. Os atestados deverão corresponder a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundárias especificadas no contrato social vigente da licitante.

22.3.2.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5, de 2017.

22.3.2.4. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

22.3.2.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

22.4. A proposta comercial deverá considerar todos os custos inerentes ao fornecimento da solução, apresentando, com clareza, marcas, modelos de equipamentos, documentação de softwares, configurações e outras informações aplicáveis e necessárias à perfeita caracterização da solução ofertada.

22.4.1. Acompanhando a proposta comercial do grupo único, a licitante deverá encaminhar planilha, conforme modelo do ANEXO III – VALIDAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL, que comprove ponto-a-ponto todos os requisitos técnicos descritos nas seções do ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, indicando as páginas e seções dos documentos comprobatórios fornecidos no prego.

22.5. O critério de aceitabilidade de preços, quando do cadastramento do certame, é o de valor máximo aceitável.

22.6. O orçamento é sigiloso, nos termos do art. 15 do Decreto nº 10.024, de 2019, do art. 7º, §3º da Lei nº 12.527, de 2011, e do art. 20 do Decreto nº 7.724, de 2012.

22.7. O critério de julgamento de proposta é o **menor** preço global.

22.8. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

23.1. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

24.1. As despesas com a contratação serão acobertadas dentro do seguinte elemento de despesa: 6.2.2.1.1.33.90.39.001.001 – Serviço de Segurança.

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- Anexo II – Especificações Técnicas;
- Anexo III – Validação da Proposta Comercial
- Anexo IV - Unidades de Execução dos Serviços;
- Anexo V – Plantas das Unidades (em arquivo .ZIP);
- Anexo VI – Planilha de Custos e Formação de Preços (em arquivo .XLS);
- Anexo VII – Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo;
- Anexo VIII – Instrumento de Medição de Resultados – IMR.

São Paulo, 24 de outubro de 2022.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

INTEGRANTES REQUISITANTES / TÉCNICOS	Stephanie Hung Agente administrativo - GEAD Matrícula 1013 Viviane Vanessa de Sousa Coordenadora de Área - GEAD Matrícula 539
INTEGRANTES DA ÁREA DE APOIO ADMINISTRATIVO	Kennedy Caetano de Souza Assessor I - GCC Matrícula 1176 Andreia Alves de Lima Gerente de Compras e Contratos Matrícula 1125
RESPONSÁVEL PELA ÁREA REQUISITANTE	Angela Maria Frandsen Gerente - GEAD Matrícula 498